



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

Documento Oficial

CARTA DE JOÃO PESSOA

Aprovada na Plenária Final do 19º SENPE, João Pessoa-PB, em 19 de agosto de 2017

A ABEn Nacional promoveu e a ABEn Seção Paraíba realizou, na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba, no período de 17 a 19 de maio de 2017, o 19º Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem (19º SENPE), tendo como marco de referência o tema central **Impacto social do conhecimento de enfermagem**. Durante o evento, foram discutidos quatro eixos temáticos: 1. Ética na pesquisa de enfermagem: da concepção do objeto à incorporação do conhecimento na prática; 2. A pesquisa em enfermagem como instrumento de transformação política e social; 3. Integridade na produção e divulgação da pesquisa em enfermagem; 4. Impacto do conhecimento na qualificação da prática em enfermagem e saúde.

Em atenção ao contexto sócio-político atual; aos compromissos estatutários da ABEn, de defesa e consolidação da educação, da pesquisa científica e do trabalho da Enfermagem como prática social; e aos eixos temáticos do 19º SENPE, os PARTICIPANTES do evento, inspirados pelos valores do Estado Democrático de Direito e o respeito à Constituição da República Federativa do Brasil, vêm a público se manifestar sobre os efeitos deletérios das medidas que vêm sendo tomadas, de redução do Estado Social Brasileiro e do subfinanciamento da seguridade social, da saúde, educação, ciência e tecnologia.

Essas medidas afetam, diretamente, a formação de mestres e pesquisadores. Afetam também, negativamente, a quantidade e qualidade das pesquisas, comprometendo a descoberta de novos conhecimentos e a inovação tecnológica e metodológica, que dão sustentabilidade e autonomia ao desenvolvimento do país. É um retrocesso a dependência e importação de modelos que possam, novamente, tornar a produção científica brasileira invisível no *ranking* internacional de ciência e tecnologia.

Na Enfermagem, em particular, essas medidas podem interromper o processo de desenvolvimento, consolidação e visibilidade da produção científica, pelo estrangulamento da política de investimentos capazes de gerar conhecimento sustentável, para atender as necessidades sociais

em saúde da população brasileira, as necessidades do sistema de produção de serviços e a formação de gerações de profissionais de Enfermagem. Os efeitos deletérios das medidas que vêm sendo tomadas podem exercer um impacto negativo sobre a formação de profissionais e os modos de incorporar o trabalho da Enfermagem no campo da saúde e da educação, contrariando as expectativas da profissão.

Como resultante do posicionamento político e científico da Enfermagem brasileira, e do ambiente de reflexão e debate produzido a partir do Fórum de Pesquisadores e Coordenadores de Programas de Pós-Graduação; do Fórum de Editores de Periódicos Científicos de Enfermagem; e das mesas redondas, simpósios satélites e demais atividades do 19º SENPE, foram aprovadas na Plenária final do evento as recomendações a seguir.

Os Programas de Pós-Graduação, celeiro da produção de conhecimento da Enfermagem brasileira, devem ter como meta a visibilidade e o reconhecimento social da ciência de Enfermagem e sua contribuição para a resolução dos problemas de formação dos trabalhadores da área e da assistência à saúde. Para alcançar essa meta, os Programas devem incluir marcos de referência que abriguem o estudo das necessidades sociais em saúde e a interdisciplinaridade.

Para proteger o conhecimento desenvolvido, assim como sua divulgação e incorporação na prática social, deve-se assegurar aos processos, produtos, inovações tecnológicas e ideias gerados em cursos de mestrado, profissionais ou acadêmicos, e em cursos de doutorado em Enfermagem, o registro por meio de patentes e *copyright*.

Urge que se incluam, nos periódicos da área de Enfermagem, diretrizes políticas de desenvolvimento da ciência e de integridade em pesquisa, destacando-se a autoria nas publicações, como parte do movimento mundial de boas práticas e integridade na pesquisa e na comunicação científica.

Pelos riscos associados à superficialização, os critérios de avaliação de programas e de pesquisadores em uso pelos órgãos de fomento devem ser revistos, tendo em vista a superação da lógica do produtivismo acadêmico como valor orientador da produção científica da Enfermagem, uma ciência em construção.

Por fim, posicionam-se contrários ao PL 200/2015, atual PL 7082/2017, que dispõe sobre a extinção do atual Sistema Nacional de Análise Ética e de Proteção dos Participantes de Pesquisa, colocando em risco os direitos conquistados nas duas últimas décadas de atuação do Sistema CEP/CONEP do Conselho Nacional de Saúde.

João Pessoa, 19 de maio de 2017

Os PARTICIPANTES do 19º Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem